

Sarney ataca as 'minorias radicais' da Constituinte

O Presidente José Sarney voltou ontem a alertar a população, no programa "Conversa ao Pé do Rádio", sobre a atuação de "um pequeno grupo de radicais oportunistas" que está no Congresso "com o objetivo de solapar a ordem". Afirmou ainda que a democracia vive da harmonia dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e quem deseja quebrá-la, "quer quebrar a Constituição, quer implantar a confrontação e abalar os princípios da ordem jurídica".

Segundo Sarney, essa minoria "agressiva e não representativa da Nação" tenta criar um clima de inquietação com o objetivo de inviabilizar o Governo. Definiu também as pressões sobre o Governo federal e a figura do Presidente da República como "uma inversão da ordem constitucional". No programa — que vai ao ar todas as sextas-feiras, às 6 da manhã —, Sarney só poupou de críticas o Deputado Ulysses Guimarães e o Centrão. Ao defender-se de acusações de que estaria querendo retardar a Constituinte, lembrou que a sua mensagem de convocação da Assembléia definia a data da promulgação da nova Carta — 4 de dezembro de 1987.

'INFELIZMENTE SOU OBRIGADO A FAZER MAIS UMA GRAVE ADVERTÊNCIA'

Presidente acusa grupos por clima de inquietação

Esta é a íntegra do pronunciamento do Presidente José Sarney, ontem, no programa "Conversa ao Pé do Rádio":

"Brasileiras e brasileiros.

"Bom dia.

"Aqui vos fala o Presidente José Sarney, em mais uma 'Conversa ao Pé do Rádio', nesta sexta-feira, dia 26 de fevereiro de 1988.

"Infelizmente, eu sou obrigado a fazer ao País mais uma grave advertência em favor da transição democrática. Sinceramente, desejava que estivessemos em paz, sem necessidade de alertas. Mas continua uma minoria agressiva, não representativa da Nação, a tentar criar no País um clima de inquietação, aumentando as dificuldades nacionais e tentando inviabilizar o Governo.

"Esta é uma ação contra a democracia, com vistas a comprometer o processo democrático. O alvo, sem dúvida, não é o político José Sarney, é o Poder, é a Presidência, é o regime, é o nosso sistema de vida, é a transição, é a democracia e, finalmente, é o caminho da ilegalidade.

"Como tenho dito, está dentro do Congresso Nacional um pequeno grupo de radicais oportunistas, com o objetivo de solapar a ordem. Graças a Deus, e para sorte do nosso País, é uma minoria.

"O Congresso, ao qual pertenci durante mais de 20 anos, tem homens de espírito público que resistem ao sacrifício, ao ataque sistemático que é feito para amedrontá-los, colocando seus nomes submetidos à execração pública, numa ação nefasta e impatriótica. Semeiam cartazes com ofensas e os apontam como traidores. Como se cada Constituinte não pudesse agir de acordo com a sua consciência, com as suas responsabilidades.

"Tudo isso para quê? Para coagir. Para cercear a liberdade. Essa minoria radical coage o Congresso, o plenário da Casa, insulta o Presidente da Constituinte, numa obra deletéria, contrária às instituições. E a democracia não é isso. E, muito menos, o respeitável Congresso Nacional. Essa conduta é a negação da lei, do estado de direito.

"Eles tentam assenhorar-se da Constituinte, fazendo-se passar como se fossem a própria Constituinte e criar uma Constituição que torne o Brasil ingovernável. E, ao mesmo tempo, tornam a Constituinte impopular perante o povo brasileiro. Para criar o caos, julgam to-

mar o poder pela força com o enfraquecimento das instituições.

"Os Poderes da República são harmônicos. A democracia vive dessa harmonia dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. Quem deseja quebrar esta harmonia, quer quebrar a Constituição, quer implantar a confrontação e abalar os princípios da ordem jurídica. E fazem isso, acobertados na imunidade parlamentar. Usam a lei para negar a lei. Esse fato é inédito na História do Brasil.

"A tribuna parlamentar não foi feita para denegrir, injuriar ou caluniar. Nem conspirar. E sim, para defender o povo.

"Os trabalhos da Constituinte são substituídos por ataques pessoais e políticos, com a única finalidade de imobilizar o Governo e levá-lo a situações que no passado atingiram outros Presidentes.

"Eu tenho o dever de alertar a Nação e não permitir esse retrocesso.

"Tenho dado mostras e exemplos de tolerância. Ciente, absolutamente convicto de que não se pode administrar uma transição com murros na mesa, mas com paciência, numa obra de engenharia política que tenho feito, com sacrifício. E muito sacrifício.

"Sempre pensei que o reingresso do Brasil no convívio das grandes democracias deveria operar-se num clima de concertação, balizado por um pacto social e político, que tanto me esforcei em concretizar. Quantas vezes, as brasileiras e brasileiros me ouviram falar do diálogo, da união, da necessidade de juntos lutarmos para atravessar dificuldades. Meu objetivo único, portanto, era e é o de consolidar as instituições democráticas, o de presidir a transição e chegar ao seu final.

"Tenho compromissos. Eu não procurei a Presidência. O destino me trouxe. Tenho dado contribuição substancial ao processo político brasileiro. Não vou recuar e nem truncá-lo. Mas não admitirei que ninguém o faça.

"Tenho feito algumas ressalvas à Constituição. É meu dever alertar, como cidadão, e, mais ainda, como Presidente, sobre erros, para que sejam corrigidos. Não se deve confundir Constituinte, processo de elaboração de uma Constituição, com a própria Constituição. Esta será sempre criticada. Para isso existem os tratadistas, os políticos, os homens públicos, os juristas, os professores. Impedir críticas, resistir às críticas, como se fossem contra o pro-

cesso institucional, é uma maneira de trair a democracia, a liberdade de pensamento e a melhoria das instituições. Mas uma Constituição desordenada, caótica, ninguém no Brasil deseja. Todos estamos obrigados e desejosos de que ela seja uma boa Constituição e todos estamos com vontade de ajudar a que seja melhorada.

"Eu, pessoalmente, convoquei a Constituinte. Ninguém pode me acusar de retardá-la. Pois sou o único que não pode sofrer esta acusação, porque o projeto que eu envie ao Congresso Nacional, que eu assinei, tinha no seu artigo terceiro um prazo para que a Constituinte fosse terminada. Esse prazo era 4 de dezembro do ano passado. Eu dizia no projeto que mandei ao Congresso, o projeto da Constituição, no artigo terceiro, será promulgado no curso da primeira sessão Legislativa, da 48ª legislatura. Portanto, 4 de dezembro do ano passado.

"Se tivessem aprovado o meu projeto, a Constituição já estaria pronta e em vigor há muito tempo. Mas não fizeram. E acredito que por pressão de um grupo que desejava que ela demorasse o mais possível, para, acima de todos os poderes, por mais tempo, desestabilizar o País na técnica de um assalto ao Parlamento e para solapar a ordem jurídica do Brasil. Por mim, portanto, há muito tempo a Constituição já estaria concluída. Não tenho responsabilidade de quase um ano sem projeto e um Regimento que teve de ser modificado para que a Constituinte pudesse andar.

"Quero denunciar, portanto, mais uma vez, este clima, a pressão que fazem sobre o Governo federal, sobre o Presidente da República. É uma inversão da ordem constitucional. É uma violência fora da lei. Acobertada na imunidade parlamentar. Instituto de que estão se valendo, para ferir a ordem da harmonia entre os poderes da República. Conto, como sempre contei, com a maioria da Constituinte, do Parlamento, para salvar a democracia daqueles que querem que a transição não se complete.

"E o povo, as brasileiras e brasileiros, tenho certeza de que estarão comigo nessa tarefa, que é uma grande tarefa patriótica. O Brasil não pode pagar as dificuldades atuais, a alegação de dificuldades atuais, com o preço da democracia vendida por minorias irresponsáveis que desejam inviabilizar o nosso País. Muito obrigado. Bom dia e até a próxima sexta-feira".

O Brasil e a competição mundial

EXISTE UM Brasil real e um Brasil ideal. É dever de todos os cidadãos trabalharem para que o primeiro se aproxime do segundo — mas a idéia de que o país ideal possa surgir por passe de mágica, porque uma lei assim determine, contribui apenas, em trágico equívoco, para que aumente a distância entre os dois.

O CAPÍTULO dos Direitos Sociais da nova Constituição, tal como aprovado quinta-feira pela Constituinte, contém esse defeito essencial de ignorar a realidade. Para um país que precisa ampliar as oportunidades de trabalho, não são justos os direitos trabalhistas que a Constituinte aprovou.

NEM MESMO podem ser chamados de direitos, mas sim de privilégios absurdos. Os dispositivos aprovados não tratam do trabalho, mas da redução do trabalho. E o seu pesado efeito negativo cairá sobre toda a Nação.

VENCIMENTOS adicionais impingidos sob diversos pretextos, um terço a mais do salário nas férias, elevação em 50 por cento das horas extras, quatro meses de licença para gestantes e uma insólita licença-paternidade de oito dias — tudo isto terá um preço a pagar. O custo do trabalho — embora no caso fosse mais adequado falar em custo do ócio — é parte do preço de tudo que se produz e de todos os serviços. Como a Constituinte ainda não ousou votar algum artigo declarando que o Brasil está tão rico que pode menosprezar os mecanismos inexoráveis da Economia — o que, de resto, não é dado fazer a qualquer país da Terra — alguém pagará a elevação desse custo.

QUEM? Todo o povo. Não se trata apenas da instituição de um brutal fator de aumento da inflação. A classe trabalhadora cedo descobrirá que os pseudo-direitos com que hoje tentam engambelá-la estarão revogando o seu maior e mais legítimo direito: o de conquistar,

pelo trabalho, a ascensão social. A mais importante das prerrogativas é a livre oportunidade de subir na vida. Não é possível definir como vantagens para os trabalhadores medidas destinadas a estrangular as empresas que pagam seus salários: numa sociedade de mercado, empregados e empregadores progridem juntos ou são, juntos, vitimados pela recessão. Desemprego e falência são irmãos gêmeos.

A COMPETITIVIDADE no mercado externo é fator crucial para o crescimento de qualquer país. O Brasil está, hoje, num momento decisivo do seu desenvolvimento. Não dispomos de sofisticação tecnológica em alto grau nem de parque industrial que se compare ao das nações do Primeiro Mundo. O preço competitivo é a única arma que podemos manejar com êxito para amearhar as divisas indispensáveis ao nosso progresso.

ESTA arma os legisladores do ócio estão desmontando no plenário da Constituinte.

EM ESTÁGIO de desenvolvimento análogo ao nosso, países como Coreia e Taiwan recorrem à mão de obra barata e à atividade industrial intensa para garantirem e até aumentarem seu espaço no mercado mundial. Em face de tal quadro, só por vocação suicida poderemos determinar a elevação de preços dos nossos produtos de exportação e o desestímulo à atividade econômica.

SERÃO estas as conseqüências — internas e externas — das decisões imprudentes e demagógicas tomadas pela Constituinte.

UM PAÍS só cresce pelo esforço próprio. E só o crescimento possibilita a evolução da qualidade de vida. Esperemos que, no segundo turno das votações, os constituintes permitam que o Brasil ideal surja com naturalidade, não por meio de artificios — e que, deixando de lado ilusões e oportunismo, ajudem o Brasil real a progredir pelo único caminho à frente — o caminho do trabalho.